

Consultoria para elaboração de uma Proposta Curricular para a Educação de Infância, em São Tomé e Príncipe

1.º Relatório de Progresso, envolvendo o período de 28 de Outubro a 11 de Novembro/2011

Gabriela Portugal
Departamento de Educação
Universidade de Aveiro

I – Introdução e contextualização do trabalho

O trabalho de **Consultoria para elaboração de uma proposta Curricular para a Educação de Infância em São Tomé e Príncipe (STP)** tem como objetivos o seguinte:

- Apoiar a equipa responsável pela educação pré-escolar (EPE) do Ministério da Educação Cultura e Formação (MECF) no processo de reflexão sobre o desenvolvimento e aprendizagem das crianças em idade pré-escolar (0-5 anos) e

- Proceder à elaboração de uma proposta curricular para a educação infantil compreendendo as faixas etárias dos 0 - 3 e dos 3 - 5 anos e integrando um conjunto de elementos considerados organizadores do processo pedagógico e desenvolvimento curricular, a discutir, adequar e validar pelos responsáveis do MECF atendendo à realidade santomense.

Considerando-se ser crucial para a concretização dos referidos objetivos o conhecimento, caracterização e análise da realidade da educação de infância santomense, no período de **28 de Outubro a 11 de Novembro de 2011** (a que se reporta este relatório), pela primeira vez, desloquei-me a STP onde tive oportunidade de reunir e conversar com a equipa responsável pela EPE do MECF de STP, educadores, coordenadores e outras figuras-chave da comunidade educativa local, bem como visitar e conhecer diferentes creches e jardins-de-infância (JI) e algumas salas do 1.º ano da

do MECF, ganhando uma maior consciência sobre dificuldades e recursos existentes; (2) estabelecimento de diálogo e reflexão em conjunto com membros da equipa da EPE do MECF sobre finalidades educativas e abordagens pedagógicas em educação de infância.

Do trabalho realizado no decurso da 1ª missão em STP (28/10 a 12/11/2011), destacam-se diferentes tipos de atividades/reuniões, envolvendo diferentes instituições e pessoas:

- UNICEF – Dra. Tanya Radosavljevic e Dra. Mariana Ruth Leal
- MECF – Sua Excelência o Senhor Ministro da Educação, Cultura e Formação, Dr. Olindo Daio; Diretora do Ensino Básico, Dra. Helena Botelho; DPIE; equipa de Educação Pré-Escolar – Drs. Luzia Zink, Luís Filipe Neves, Lázaro Vicente, Maria Tomé Lima e Zilda Soares; educadores, coordenadores e metodólogos.
- EFOPE – Dra. Ana Maria Branco
- Visita a reuniões de Planificação – Centro Paroquial; JI das Madres e 1.º Maio.
- Reunião com Pais de JI Ferreira Governo
- Visita a creches e jardins-de-infância - Portalegre; Praia Pesqueira; Madres Canosianas; Arco-íris; Mina-anzu; Anselmo Andrade; Água Izé; Uba Budo; Margão; Saudade; Monte Café; Água Casada; Pimpolho; Diogo Vaz; Lembá; Agostinho Neto; Queluz; Monte Macaco; Boa Entrada; Bela Vista.
- Participação em 1.º Encontro Nacional do Sindicato dos Professores e Educadores de STP (SINPRESTEP), com apresentação de comunicação intitulada “Qualidade em Educação”.

Na sequência desta abordagem, ainda em STP, iniciei a redação de uma primeira versão de um referencial curricular para a educação de infância em STP, documento ainda em processo de construção mas já disponibilizado à equipa do MECF de STP, bem como à UNICEF. Ainda, numa sessão de “restituição”, no final desta primeira missão em STP, no MECF, junto dos principais responsáveis do ministério e da UNICEF, apresentei em power-point uma súmula das impressões e ideias construídas em torno da realidade da educação de infância santomense (ppt que foi disponibilizado aos presentes).

II – Análise global

A Declaração do Milénio, adotada em 2000 por todos os Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, identifica de entre os desafios centrais a enfrentar pela humanidade o assegurar que, até 2015, todas as crianças, rapazes e raparigas, possam completar a escolaridade primária (Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2). No que respeita a STP, torna-se necessário o desenvolvimento de mais esforços que assegurem que as crianças permaneçam na escola e nela recebam uma educação de qualidade. A aposta na educação pré-escolar, assegurando condições propedêuticas ao desenvolvimento e aprendizagens escolares básicas, surge absolutamente integrada neste desiderato.

Podendo a Educação de Infância contribuir para a melhoria das condições de vida das crianças em vários aspetos, desde a educação propriamente dita (nas suas diferentes vertentes de aprendizagem e desenvolvimento - cognitivo, linguístico, social, etc.) até à saúde, nutrição e proteção em geral, em STP a educação de infância encontra-se numa fase precária de desenvolvimento. Faltam fundamentos educativos, orientações curriculares e materiais pedagógicos. Junto da comunidade dos profissionais, sejam eles responsáveis do MECF, coordenadores, metodólogos, educadores ou auxiliares (a maior parte destes dois últimos sem formação e qualificações adequadas), grassa o desalento e frustração, auferindo os profissionais da educação de infância salários muito baixos. As creches e jardins-de-infância estão, em grande parte dos casos, numa condição pobre, degradada e impropriamente apetrechados ao nível de equipamentos básicos e recursos educativos, materiais didáticos ou brinquedos. Os materiais são escassos, não diversificados, deteriorados e não acessíveis às crianças (alguns materiais permanecem empacotados, fechados em armários, arrecadações ou colocadas em prateleiras altas). Uma boa parte dos contextos dispõe de salas pequenas, não suficientemente iluminadas, demasiado ocupadas com mesas e cadeiras, sem espaço para outras atividades e movimentações mais amplas. Sobretudo em contexto urbano, o número de crianças por sala é demasiado elevado (ex. cerca de 60 crianças por sala). Ainda, em muitos contextos, verificam-se situações precárias no que respeita à garantia de condições de saúde, higiene e segurança das crianças. Contudo, alguns jardins dispõem de boas infraestruturas (edifício, salas, jardim ou espaço exterior, hortas,...).

Apesar das muitas dificuldades, em STP encontrei profissionais afáveis na interação com as crianças e, na interação com o visitante, calorosos, interessados na mudança e melhoria das suas práticas pedagógicas.

Da reunião havida com pais de Ferreira Governo, percebe-se que as famílias valorizam a educação de infância, considerando particularmente a sua importância para o desenvolvimento de conhecimentos linguísticos, letras e números.

Nas práticas pedagógicas existentes, verifica-se preocupação com a educação da cortesia, conhecimento e respeito pelas regras sociais mas, a atividade pré-escolar mais valorizada é, sem dúvida, a escrita de grafismos, letras e números. As atividades disponíveis não são suficientemente desafiantes (ou são demasiado fáceis, ou demasiado repetitivas ou não existem tarefas suficientes para realizar) e as atividades escolarizantes (sobretudo desenho ou cópia de caracteres escritos) predominam. Existe, ainda, uma prevalência de atividades dirigidas a todo o grupo, apelando essencialmente à reprodução, repetição em coro e homogeneização das expressões. O grau de passividade e de atitudes de “espera” nos jardins-de-infância é muito elevado, permanecendo as crianças em filas ou sentadas em frente às mesas durante períodos longos.

Não me apercebi de estímulo à autonomia ou iniciativa da criança, na escolha de atividades, na discussão de ideias, na expressão de opiniões, na resolução de problemas. Livre iniciativa e brincar, atividades de descoberta e de expressão divergente parecem não ser muito valorizadas educacionalmente e os níveis de implicação das crianças são na generalidade pouco elevados. Predomina uma intervenção do adulto de natureza prescritiva, diretiva e transmissiva (“dá aula”), em torno de temáticas pré-definidas para todos os grupos de crianças, de diferentes idades. Na prática, a mesma temática é trabalhada com as crianças, três vezes, ao longo do seu percurso pré-escolar.

Exemplos de temas trabalhados nos contextos de infância:

- Corpo humano
- Alimentação
- Vestuário
- Habitação
- Família
- Clima (água, chuva, fogo, sol, noite, dia...)
- Sementes (planta, flores e fruto)
- Animais (domésticos, selvagens, aves, insetos, répteis, mamíferos,...)
- Profissões
- Natal, Dia de África, Carnaval, Dia da Mãe e do Pai, Dia de STP.

Embora esteja instalada uma prática (excelente!) de reunião quinzenal de todos os educadores/auxiliares e de discussão e planificação conjunta, tendo por base uma proposta emanada pelo gabinete de EPE do MECF, a maioria das práticas e rotinas dos contextos de infância está instalada por hábito, as pessoas não refletindo ou questionando a sua manutenção. Muitas planificações são pouco funcionais e muito pobres, sendo evidente a necessidade de um referencial curricular que dê sentido às práticas pedagógicas. A melhoria das planificações é uma necessidade sentida por todos os envolvidos.

Ainda que se refira a creches como serviço educativo para as crianças entre os 0 e 3 anos de idade e a jardins-de-infância como serviço educativo para crianças a partir dos 3 anos de idade e até à entrada para a 1ª classe, na prática aquilo que distingue os dois serviços é a existência/inexistência de camas para as crianças mais pequeninas poderem dormir, habitando as crianças os mesmos espaços. Note-se que o número de bebés nos contextos de infância visitados é escasso.

III – Propostas

Do contacto com a realidade santomense, foi possível ganhar uma maior consciência acerca dos principais problemas e dificuldades bem como das forças e recursos existentes. Concomitante ao desenvolvimento de um referencial curricular para a EPE, evidenciou-se a necessidade de formação inicial e continuada, junto dos profissionais que já estão no terreno, acompanhamento e supervisão pedagógica. A prática existente de reuniões quinzenais para planificação e apoio aos profissionais do terreno, configura-se como uma importante mais-valia no processo de consolidação de mudanças, acompanhamento e melhoria das práticas à luz de um novo referencial curricular.

Se, numa boa parte dos casos, parece ser possível diversificar e enriquecer atividades, alargar espaços e materiais educacionais pela exploração e utilização de recursos naturais locais (recreios e jardins, hortas, visitas de campo, etc.), esta abordagem pressupõe formação e acompanhamento. É desejável que haja lugar a um desenho de investigação-ação, que assumindo e partindo do compromisso relativo à conceção de orientações curriculares para a educação pré-escolar em STP, envolva formação, supervisão e acompanhamento da intervenção no terreno. Assinala-se aqui a

necessidade de constituição de uma equipa de supervisores que, em STP, acompanham e apoiam a implementação do referencial curricular e avaliam o seu impacto.

Sem formação concomitante (inicial e continuada), na maior parte dos contextos, com ou sem novo referencial curricular, continuar-se-á a trabalhar da mesma forma. Mesmo com formação, sabemos que mudar mentalidades é difícil e moroso, mas, também sabemos que a formação se torna imprescindível num contexto de mudança e de melhoria das práticas pedagógicas! Não há outra forma. No contexto de STP, práticas pedagógicas respeitadoras, atentas e significativas para as crianças, suas famílias e comunidades, requerem uma formação de base que, para além da formação pedagógica e científica, envolva uma forte componente de intervenção e educação comunitária. Assim, torna-se imperioso, que associado a dinâmicas de formação e supervisão aos educadores que já estão no terreno, se responda a esta necessidade de formação inicial de educadores capazes de criar condições facilitadoras do desenvolvimento global de crianças respeitando as suas particularidades, contexto familiar e comunitário.

Ao nível da formação, poderá fazer sentido o estabelecimento de acordos ou protocolos de cooperação com instituições de formação de educadores e professores (ex. com a Universidade de Aveiro) que enquadrem ações de apoio e acompanhamento à consolidação de um programa de formação adequado.

A constituição de um centro de recursos educativos, eventualmente, com um serviço itinerante às comunidades mais longínquas, bem como a presença de educadores de infância portugueses (ou mesmo de estudantes estagiários de cursos de formação em educação pré-escolar) apoiando as equipas locais de supervisão e o trabalho direto com as crianças, providenciando e modelando adequadas experiências para as crianças, não parecem ser nenhum luxo mas, antes, possíveis estratégias para consolidação de mudanças qualitativamente desejáveis e enriquecimento mútuo.

IV – Referencial curricular para a Educação Pré-Escolar

No que respeita à proposta de um referencial curricular para a Educação Pré-Escolar na República Democrática de São Tomé e Príncipe, uma versão preliminar, ainda em construção, já foi entregue ao MECF e UNICEF de STP, no final do período a que se reporta este relatório.

Esta versão, partiu da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 2/2003) que afirma a educação pré-escolar, complementar e ou supletiva da ação educativa da família com a qual estabelece estreita cooperação e que, no seu artigo 5.º, define os objetivos da EPE.

Objetivos da Educação Pré-Escolar

- a) Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança;
- b) Contribuir para a estabilidade e segurança afetiva da criança;
- c) Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades;
- d) Desenvolver a formação da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade;
- e) Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade;
- f) Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a atividade lúdica;
- g) Inculcar hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e coletiva;
- h) Proceder à despistagem de inaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.

Destes objetivos, identificaram-se alguns princípios educativos que, articulados entre si, devem estar na base de qualquer abordagem curricular em EPE.

a) Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança

Este objetivo implica que durante a etapa pré-escolar se dê particular atenção à área de **conhecimento do mundo**, assumindo que é através das relações com os outros que a criança constrói uma identidade pessoal, conhece e se posiciona perante o mundo físico e social. A ideia de **participação** da criança remete para a conceção de alguém com um papel ativo na sua aprendizagem e desenvolvimento, a criança como sujeito e não como objeto do processo educativo. Realça-se aqui a importância de partir do que as crianças já sabem e conhecem, bem como de atender à sua comunidade e cultura, desenvolvendo nas crianças uma atitude de respeito e cuidado pelo ambiente.

b) Contribuir para a estabilidade e segurança afetiva da criança

O bem-estar e a segurança dependem de um ambiente educativo em que a criança se sente acolhida, escutada e valorizada. Neste contexto, promove-se a sua autoestima e autoconfiança, cada criança reconhecendo as suas capacidades, as suas aprendizagens e progressos. O desenvolvimento de uma **autoestima positiva** ganha particular importância ao constituir-se como dimensão básica para a realização de cada um, com estreita ligação com um sentido de segurança, de identidade, de pertença e de competência.

c) Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades

Este objetivo aponta para a importância de se perspetivar o desenvolvimento da criança de uma forma ampla e integrada, atendendo a todas as suas dimensões: **atitudes** (autoestima positiva e auto-organização), **comportamento no grupo** (competência social), **aprendizagens em domínios essenciais** (expressões, linguagem, pensamento lógico, conceptual e matemático, compreensão do mundo físico e social). Dito de outro modo, trata-se de atender ao **desenvolvimento pessoal e social**, enquanto área transversal a todo o processo educativo.

d) Desenvolver a formação da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade

Articulado com o objetivo anterior, e enquadrado no desenvolvimento pessoal e social mais amplo, destaca-se aqui a importância de uma educação para a **autonomia ou auto-organização**. Entende-se que é na EPE que se inicia a educação para uma cidadania ativa.

e) Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade

Se o objetivo anterior destacava a importância de um cidadão pré-escolar autónomo, agora realça-se a importância de se investir no desenvolvimento de **competências sociais**. É necessário que a criança seja capaz de se integrar no quotidiano do grupo, conjugando necessidades individuais com as de outros, aprendendo a cooperar e a reconhecer diferentes papéis sociais e a respeitar regras e princípios de vida em comum.

f) Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a atividade lúdica

É importante que as crianças evoluam no domínio da **compreensão e comunicação oral** e tomem consciência das diferentes funções da **escrita**, da correspondência entre o código oral e escrito (perceber que o que se diz também se pode escrever e ler) e que cada um destes códigos tem normas próprias. Importa assegurar que cada criança tenha oportunidade de se **expressar de forma criativa e original**, de apreciar, de se interessar e experimentar diversas formas de **expressão artística** (ex. visual, musical, dramática e motora, nomeadamente através da dança e do movimento).

O **estímulo ao brincar e/ou atividades de livre iniciativa** assume que o brincar, enquanto atividade natural da criança tem importantes virtualidades ao nível do desenvolvimento e aprendizagem que não podem ser relegadas para um plano secundário, muito menos ignoradas, nos contextos educativos direcionados para a infância.

g) Inculcar hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e coletiva

Este objetivo, podendo ser considerado como integrado na **área de conhecimento do mundo**, merece um destaque especial, sendo indispensável que o educador disponha de conhecimentos e trabalhe junto das crianças aspetos básicos relativos a **higiene**,

nutrição, primeiros socorros, doenças da infância e saúde comunitária, e que seja um modelo de atitudes e práticas adequadas.

h) Proceder à despistagem de inaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança

A educação pré-escolar, dirigindo-se a todas as crianças, e procurando responder bem a todas as crianças, não pode ignorar as crianças que se afastam dos padrões “normais”, crianças com deficiências, sobredotadas ou crianças que evidenciam dificuldades emocionais ou de aprendizagem e desenvolvimento. **Identificar crianças que necessitam de apoio adicional ou de atenção diferenciada** e agir de forma consequente é algo a que o educador tem de atender.

Uma ideia que perpassa todo o articulado da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 2/2003) no seu artigo 5.º é a da **estreita cooperação a estabelecer com as famílias**. Reconhece-se a família como a primeira e principal educadora da criança e assume-se a importância de respeitar o meio familiar, partir dele e ter em conta a comunidade e cultura de origem das crianças. Ao mediar a introdução da criança numa nova cultura, o educador não pode ignorar a história de vida que cada criança “traz” com ela mas, por outro lado, deve providenciar atividades e aprendizagens cultural e socialmente úteis na sociedade contemporânea. Sendo a ação do educador complementar da ação da família, importa assegurar articulação entre o estabelecimento educativo e as famílias, sendo importante a **participação dos pais** na elaboração e desenvolvimento de projetos educativos no estabelecimento. Ainda, beneficiando a escola da conjugação de esforços e da potencialização de recursos da comunidade para a educação das crianças, outros **membros da comunidade** poderão ser envolvidos nos projetos educativos do estabelecimento.

Atendendo ainda à auscultação realizada junto de vários interlocutores com responsabilidades diversas ao nível da EPE, e à importância de organizar uma proposta que se articule com a proposta curricular existente para a 1ª classe, entendeu-se organizar e destacar as seguintes áreas curriculares para a EPE:

Desenvolvimento Pessoal e Social	Área Motora
	Área das Expressões – plástica, dramática, musical e motora
	Área da Linguagem
	Área do Pensamento lógico, conceptual e matemático
	Área de Conhecimento do Mundo Físico e Social

Relativamente a finalidades educativas em creche, apontam-se as seguintes:

- Desenvolvimento de um sentido de segurança e autoestima
- Desenvolvimento da curiosidade e ímpeto exploratório
- Desenvolvimento de competência social e comunicacional

O documento integra ainda ideias referentes a aspetos de organização do ambiente educativo e papel do educador.

Trata-se de um documento que necessita de melhor contextualização, inserção de imagens que retratem infâncias santomenses em contextos educativos, sugestões de atividades e possibilidades de planificação. Localmente, torna-se crucial a criação de grupos de trabalho para questionamento e melhoria do documento.

Departamento de Educação

Universidade de Aveiro

20/11/2011

Gabriela Portugal